



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019
(Da Sra. ERIKA KOKAY e outros)

Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para discutir o Projeto de Lei nº PL 2.138/2015, que “Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para punir a discriminação ou preconceito quanto à identidade de gênero ou orientação sexual.”

Senhor Presidente,

Requemos a Vossa Excelência, com base no artigo 255, c/c artigo 24, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão Direitos Humanos e Minorias, para discutir o Projeto de Lei nº PL 2.138/2015, que “Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para punir a discriminação ou preconceito quanto à identidade de gênero ou orientação sexual.” Solicitamos sejam convidados/as:

- I- Aliança Nacional LGBTI;
- II- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais-ABGLT;
- III- Sociedade Civil do Conselho Nacional de Combate à Discriminação;
- IV- Paulo Iote, advogado constitucionalista; e
- V- Deborah Duprat, Procuradora dos Direitos do Cidadão – MPF.

JUSTIFICAÇÃO

Quase que diariamente a imprensa brasileira noticia inúmeros casos de pessoas que são agredidas e até mesmo assassinadas em razão única e exclusivamente da identidade de gênero ou orientação sexual que assumem, evidenciando, assim, o elevado preconceito de cunho lgbtfóbico que ainda predomina em ampla parcela de nossa sociedade.

Indubitavelmente, as práticas lgbtfóbicas deixam claro que, não obstante os muitos avanços alcançados no período recente, é urgente a inclusão de expressa previsão legal em nosso ordenamento jurídico no sentido



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

de responsabilizar qualquer forma de preconceito ou de discriminação motivados em razão da orientação sexual.

Nesse sentido, foi apresentado nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.138/2015 para punir a discriminação ou preconceito quanto à identidade de gênero ou orientação sexual. A proposição também institui o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Enfrentamento à lgbtphobia.

Considerando a relevância do tema, julgamos fundamental a realização de audiência pública, de modo a problematizar o tema com a participação dos movimentos sociais, parlamentares e autoridades públicas constituídas.

Face ao exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a realização da presente audiência pública.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2019.

Dep. ERIKA KOKAY – PT/DF